

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL DE 1932: O COMBATE DO FÃO E A POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Dr. Fabian Filatow
Prefeitura Municipal de Esteio (RS)
fabianfilatow@gmail.com

Introdução

O presente trabalho busca refletir sobre o local, o regional e o nacional tendo o Combate do Fão como foco de análise. Este conflito foi um acontecimento político-militar ocorrido no ano de 1932 no município de Soledade, no Rio Grande do Sul.

Em 1930 a Frente Única Gaúcha (FUG) apoiou Getúlio Vargas, porém, em 1932, ocorreu uma cisão política, gerando uma crise política no Estado gaúcho. Tal ruptura após dois grupos, os florista e getulista versus antifloristas e antivarguistas. A Frente Única Soledadense se inseriu no grupo que fez oposição ao interventor Flores da Cunha quando este permaneceu apoiando Getúlio Vargas na ocorrência da Guerra Civil de 1932, sob a liderança de São Paulo.

O Combate do Fão, muito mais do que defender a constitucionalidade do Brasil, demonstrou a divisão política tanto no âmbito local quanto regional. Questões políticas que levariam ao distanciamento dos antigos aliados ao longo daquela década, resultando nos anos finais da década de 1930 na deposição de Flores da Cunha do poder do estado gaúcho e com a instauração do Estado Novo.

Neste contexto, o objetivo do trabalho é apresentar o Combate do Fão, refletindo sobre sua memória, sua história e as repercussões políticas do mesmo. Metodologicamente efetivou-se a análise crítica de obras produzidas por historiadores locais e/ou participantes do conflito, obras que assumem, neste texto, o caráter de obras-fontes, devido a seu valor histórico documental sobre este acontecimento ainda pouco pesquisado da história gaúcha, bem como de documentos da administração pública de Soledade. Por fim, apresentaremos alguns dos resultados para a história de Soledade ocasionados pela ocorrência do Combate do Fão e para aqueles que dele participaram.

Próximo de completar 90 anos da sua eclosão o Combate do Fão ainda é pouco conhecido e pouco estudado. Este acontecimento local esteve inserido nos episódios da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Revolução Constitucionalista, como ficou consagrada na historiografia a Guerra Civil de 1932. Lampejos de sua ocorrência ficaram relatados em obras memorialísticas daqueles que participaram do ocorrido ou dele foram contemporâneos, apoiadores ou não. Por décadas foi um assunto difícil, pois pairava sobre os seus participantes uma desconfiança, a suspeita de traição, dado que pode ajudar a compreender o motivo para o silêncio prolongado. Recentemente esta perspectiva vem alterando-se e uma busca por informações do que ocorreu e quais foram os seus desdobramentos para a política local e regional vem contribuindo para o surgimento de alguns novos estudos sobre o tema.

O contexto político: a Frente Única Gaúcha - da formação à ruptura (1928-1932)

A Frente Única Gaúcha (FUG) criada em 1928 em apoio ao governo de Getúlio Vargas, então presidente do estado gaúcho. Após a derrota nas eleições eclodiu a Revolução de 1930, seguindo-se o Governo Provisório, período no qual a situação política começou a dar sinais de mudança e novos arranjos foram sendo tecidos. Após a euforia revolucionária, houve no Rio Grande do Sul “um clima de frustração e de descontentamento em relação às políticas adotadas inicialmente pelo governo getulista, as quais atingiram a Frente Política Gaúcha, que sustentava a candidatura de Vargas e o posterior movimento revolucionário.” (COLUSSI, 1996, p. 55).

Com a continuidade do Governo Provisório aumentou a contestação ao governo federal, sendo a constitucionalidade a bandeira defendida pela Revolução de 1932. Nessa ação contestatória, o município de Soledade tomava parte ativa, pelo menos uma parcela da política municipal composta pelos partidos formadores da Frente Única soledadense através de um levante político-militar orquestrado por parte da oposição política formada por membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e Partido Libertador (PL). Estes formavam a Frente Única de Soledade e rebelaram-se em prol da causa constitucionalista. Esse fato estabeleceu uma divergência entre os revoltosos de Soledade e Flores da Cunha, que declarou apoio ao Governo Vargas, contrariando os indicativos de que os rio-grandenses apoiariam os paulistas no levante pela constitucionalização do Brasil.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Combate do Fão na história política de Soledade

No Rio Grande do Sul ocorreram combates militares em diferentes municípios, o que não foi suficiente para fazer frente à decisão do interventor. Analisando Soledade, Caroline Webber Guerreiro apresentou algumas relações existentes entre política e violência ao longo dos anos de 1930, “nesse contexto, os setores políticos importantes de Soledade posicionaram-se a favor da causa constitucionalista através de diversos políticos locais, tendo como principal líder o coronel Cândido Carneiro Júnior, mais conhecido como ‘Candoca’.” (GUERREIRO, 2005, p. 72).

Em 1930 Cândido Carneiro Júnior apoiou a Aliança Liberal e em 1932 liderou a oposição política contra a decisão de Flores da Cunha e contra a permanência do Governo Provisório, sendo figura de destaque na liderança das tropas oposicionistas soledadenses que enfrentaram tropas floristas às margens do rio Fão, em 13 de setembro de 1932. Cândido Carneiro Júnior era “homem de posses, um terra-tenente, em suas terras desenvolvia a criação bovina, e em menor escala, a plantação de víveres, além da atividade agro-pastoril.” Além dessa atividade econômica, praticada em Soledade, “também era influente no campo político daquela região. Era líder do Partido Libertador de Soledade.” (COMIN, 2002, p. 24).

Em 1932 Cândido Carneiro Júnior recebeu ordens e dinheiro do interventor para organizar o 33º Corpo Provisório com o propósito de combater os opositores paulistas. Porém, fez o oposto, organizou um grupo revolucionário em prol da causa da constitucionalização. Neste momento Soledade contava com a existência de dois corpos provisórios, além do 33º, havia o 44º comandado por Pedro Corrêa Garcez, de filiação republicana, manteve-se ao lado de Flores da Cunha. A composição dos corpos provisórios de Soledade e os acontecimentos decorrentes dos posicionamentos políticos assumidos contribuíram para uma significativa alteração na organização administrativa municipal, deixando transparecer uma polaridade política. Foi assim que a Frente Única de Soledade deu início à contestação pela via armada ao governo provisório e a interventoria estadual, sendo Cândido Carneiro Júnior proclamado General Comandante em Chefe das Forças Revolucionárias Constitucionalistas de Soledade, sendo composto um comando revolucionário pelas lideranças oposicionistas do município.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em 1º de setembro de 1932, o comandante Carneiro Júnior publicou um manifesto revolucionário endereçado ao povo do Rio Grande do Sul. Nesse documento, identificamos críticas feitas ao governo federal, ao autoritarismo, a exaltação da causa constitucionalista e, por fim, a convocação do povo gaúcho para a luta armada em defesa da honra do Rio Grande e salvação da pátria. (cf. PAULA, 1972, p. 26-29)

Podemos inserir o levante soledadense num contexto mais amplo, de contestação à implantação de uma política centralista capitaneada por Vargas em detrimento do poder regional. A centralização política do governo federal visava limitar o poder das oligarquias regionais, sendo essas percebidas como entraves para sua efetivação. Entre os motivos que levaram a oposição soledadense a romper com o interventor e com o Governo Provisório, relacionamos a fidelidade partidária e a traição de Flores da Cunha. Segundo João dos Santos Almeida, membro do PL e participante do Combate do Fão, “o interventor Flores da Cunha esteve conspirando com a Frente Única, por mais de três meses e, ao estalar a Revolução, ele apunhalou pelas costas seus companheiros de conspiração, deixando-os, no dizer gaúcho, com os arreios na macega.” (ALMEIDA, 1999, p. 74-75).

Num telegrama enviado ao interventor pelo general Cândido Carneiro Júnior, temos a informação da ocorrência do confronto entre os revoltosos soledadenses e as forças policiais estaduais. O confronto ocorreu na localidade conhecida como Paço do Rocha, no qual foram mortos oito homens. Ainda segundo o documento, Candoca declarou ter estabelecido governo e que prendeu os que não estavam com o Rio Grande, e contra Flores.

Soledade, 3 de setembro de 1932. General interventor, Porto Alegre. Por emissário aqui chegado fui informado de que meu partido está contra a ditadura. Não acreditei por que o Dr. Adalberto e V. Exa. me disseram de viva voz que o meu eminente chefe Assis Brasil, estava com a ditadura, mas, instalado pelo povo e famílias, assumi o comando do movimento neste município. Fazendo minhas as palavras de V. Exa., que neste Estado ou se é de um partido ou não se é coisa nenhuma, fico com o meu partido e com o Rio Grande. Hoje me defrontei com suas forças no “Paço do Rocha”, foram mortos oito homens. Estabeleci governo e prendi os que não estavam com o governo neste município. Estou a frente de 1.500 homens em armas ou sem elas, lutarei até meu assassinato com aqueles que vão acompanhar o Rio Grande no despenhadeiro em que se acha. Organizei o corpo de 400 homens com recursos que V. Exa. me forneceu, mas não recebi armas nem munições para traí-lo. O dinheiro é do povo, uso-lo com igual direito. Sou dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

maiores contribuintes do fisco municipal e estadual. Vejo em V. Exa. o Bento Gonçalves da atualidade, o general querido do Rio Grande. Nada temo, pode mandar contra mim todo o exército, enfrentá-lo-ei de ânimo resoluto nas matas deste município, quando não possa lutar em campo, e estarei no último reduto a ser batido. Não me queira mal, serei um seu amigo e soldado. Isso passa e nós ficamos. Cândido Carneiro Junior, ex-tenente-coronel, comandante do 33º Corpo Auxiliar. (TELEGRAMA, in: PAULA, 1972, p. 31-33).

Em resposta o interventor deslocou tropas da Brigada Militar com o propósito de combater os revoltosos. José Miguel Dipp, participante do combate, assim relatou os acontecimentos ocorridos na manhã de 13 de setembro de 1932:

Às seis horas, teve início o combate, até as nove horas não tínhamos sofrido nenhuma baixa, pois, as forças do governo pensavam que estávamos além do rio Duduia e para onde dirigiam a fuzilaria. O companheiro apelidado de gigante, entusiasmado, subiu na taipa onde estávamos entrincheirados, sendo fuzilado. O seu gesto atraiu a fuzilaria inimiga para o nosso entrincheiramento. O combate terminou às onze horas, mais ou menos, as nossas forças ficaram dispersas. (SALUM, 1983, p. 36-37, in: COMIN, 2002, p. 31).

Também na imprensa o conflito foi noticiado.

À última hora, pouco antes de encerrarmos esta página, colheu a nossa reportagem que na Serra do Butiá, no município de Soledade, houve sangrento combate entre a coluna do Cel. Victor Dumoncel Filho e os rebeldes daquele município, sob o comando do Cel. Cândido Carneiro Júnior. O Cel. Dumoncel Filho, depois de ter ocupado a vila de Soledade, onde repôs as autoridades destituídas pelos revolucionários do vizinho município, sabendo que estes se haviam retirado em direção a Serra do Butiá, para ali se dirigiu a fim de batê-los. Na tarde de anteontem, a coluna Dumoncel, que se compõe de cavalaria, infantaria e artilharia, defrontou-se com o reduto dos revolucionários, que estavam bem entrincheirados, travando com eles violento combate, que durou algumas horas, terminando com o cair da noite. Aproveitando-se desta, os revolucionários retiraram-se em rumo ignorado, deixando no campo de luta, segundo as informações que colhemos 52 mortos. A coluna Dumoncel teve 6 mortos, entre eles, um 1º tenente da Brigada Militar, pertencente ao regimento presidencial e diversos feridos. (JORNAL DA SERRA, 1932).

Podemos identificar a existência de grupos políticos distintos existentes na região do Planalto gaúcho. Soledade representava um grupo opositor ao poder estadual, o outro grupo era liderado por Victor Dumoncel Filho, liderança política de Cruz Alta. Victor Dumoncel exerceu as funções de subchefe de polícia da 3ª Região,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com sede em Passo Fundo, cargo designado diretamente por Flores da Cunha, entre os meses de outubro de 1931 e novembro de 1932. Foi exonerado do cargo em 26 de novembro de 1932, assumindo, no mesmo dia, o cargo de Prefeito Municipal de Cruz Alta. Permaneceu apenas noventa dias na função de prefeito. Em janeiro de 1933, voltou a assumir a subchefatura de polícia da 7ª Região, com sede em Cruz Alta, “em cujo exercício administrou plenamente o domínio político até 27-10-37, quando lhe foi concedida a exoneração requerida por ocasião da renúncia do governador Flores da Cunha.” (FÉLIX, 1987, p. 161). Ainda sobre a composição dos grupos políticos, identificamos a atuação de Valzumiro Dutra, que desempenhou o cargo de subchefe de polícia a partir de 1933, com sede em Passo Fundo. Essas lideranças políticas locais estariam cada vez mais associadas a Flores da Cunha. Podemos visualizar uma formação de forças do PRL na região, sendo Soledade um foco oposicionista.

Segundo Trombini (2010, p. 29), outros corpos provisórios estavam sendo arregimentados em diversas localidades do estado com o propósito de combater as forças do governo, entre esses estariam Barros Cassal, Espumoso e Lajeado, que se dirigiam para integrar o grupo originado em Soledade. Informação mencionada também por Almeida, “(...) Eu regresssei, à noite ao meu acampamento no Rincão de Santo Antônio, com a incumbência de entrar em entendimento com o coronel Antenor Lemos, que estava acampado em Campo Branco, município de Lajeado, com 300 homens armados, que segundo constava, desejava fazer incorporação com a coluna.” (ALMEIDA, 1999, p. 65).

Em Encantado também ocorreu manifestações em apoio à causa constitucionalista. Gino Ferri expôs as divergências que propiciaram o posicionamento político-militar assumido pelo município em prol da causa da constitucionalização. O prefeito coronel José Rodrigues Sobral, “reuniu os subprefeitos dos distritos, lideranças municipais e outras pessoas que, numa histórica reunião, decidiram apoiar a causa paulista, mesmo contra o parecer do coronel Sobral.” (FERRI, 1985, p. 82). Encantado não ficou livre das consequências de seu ato.

[...] a tomada de decisão em apoio ao movimento paulista, contrariando a própria decisão do Interventor Flores da Cunha, que já se manifestara em permanecer ao lado de Getúlio Vargas, trouxe graves consequências para o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

município de Encantado e para sua população. [...] para Encantado foi enviada uma força policial, composta por um Corpo Auxiliar da Brigada Militar, oriundo de São Francisco de Paula e de outras vilas de cima da serra, sob o comando do Coronel Armando Ribeiro Severo. (FERRI, 1998, p. 65).

O município de Encantado foi ocupado pelas forças legalistas no dia 20 de setembro de 1932, não oferecendo resistência armada. José Alfredo Schierholt destacou os episódios ocorridos em Estrela, mencionando a passagem das tropas leais ao interventor que foram combater os rebelados: “a Revolução Constitucionalista não teve efeitos destruidores em Estrela. Diante de seu porto, apenas forças da Brigada Militar passaram, para reprimir levantes na zona alta de Lajeado e Soledade (...)” (SCHIERHOLT, 2002, p. 203).

Referindo-se sobre Soledade, Sergio da Costa Franco relatou que,

[...] às margens do Rio Fão, junto ao Passo da Barca, e próximo à embocadura do Rio Duduia, o grosso da força insurreta foi atacada por um esquadrão do Regime Presidencial (hoje 4º regime de polícia montada), desenvolvendo-se renhido combate, que teve a duração de mais ou menos seis horas. Houve numerosas perdas de parte a parte. Do lado da Brigada Militar, conforme relato do Cel. Hélio Moro Mariante, pareceram os 2 tenentes João Candido Alves Filho e Orestes Pereira Marçal, cabo Rivadávia Cardoso dos Santos e soldados Frederico Brito da Silva e Nestor Osvaldo dos Santos. Foram feridos levemente o 2º tenente Carlos Leite Candiota, 1 sargento, 1 cabo e 5 soldados. Do lado dos insurgentes, conforme Jorge de Paula, houve 4 mortos e 8 feridos. (FRANCO, 1975, p. 127).

Na obra intitulada *Cartas amorosas e outros momentos*, Garibaldi Almeida Wedy reproduziu trechos da caderneta de bolso de Kurt Spalding, participante do Combate do Fão.

Revolução. Principiou em 1º de setembro de 1932, na qual tomei parte como Tte-Cel. do Estado Maior das Forças do General Cândido Carneiro. Saímos da Vila no dia 8 de setembro. Estive a 9 de setembro em Ilópolis conferenciando com o Cel. Sobral. A 12 de setembro tomamos umas rajadas de metralhadoras e no dia 13 do mesmo mês começou o combate nas margens do Rio Fão e Duduia, no município de Lajeado. Iniciou-se o combate às 7 horas da manhã, terminando às 11 e meia, após a nossa retirada lenta. Tivemos 4 homens fora de combate, mortos, além de mais um morto na noite anterior – o soldado Antônio Pasqual além de dois homens um preto João Maria e o Capitão Teodolino Ferreira que ferido na noite de 12 foram a 13 de setembro barbaramente assassinados pelas forças do Cel. Severo, equipada 130 homens. Depois de minha retirada, estive no Hospital

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Estrelense, permanecendo aí 15 dias, ficando mais 14 dias em Estrela, e 20 dias em Porto Alegre, chegando em Passo Fundo a 10 de novembro e na Soledade a 12 de novembro de 1932. (SPALDING, in: WEDY, 2003, p. 47-48).

Após derrota no combate do dia 13 de setembro, Cândido Carneiro Júnior, juntamente com um pequeno grupo de homens que lhe permaneceu fiel, embrenharam-se na mata, e “por algum tempo ainda conservou gente reunida e disposta à resistência, até que o Interventor Gen. Flores da Cunha lhe mandou um emissário na pessoa do Dr. Félix Engel Filho, para acertar os termos da pacificação.” (Franco, 1975, p. 127). O acordo que pôs fim aos combates militares ocorreu no dia cinco de outubro de 1932, no povoado Vitória. Na ata dessa pacificação preliminar lavrada no encontro ocorrido na casa de Giocondo Zanette, ficou acertado que “o governo garantia aos rebeldes à volta aos lares, mediante as seguintes condições: 1º - deposição das armas; 2º - devolução, por parte do senhor General Cândido Carneiro Júnior, da quantia recebida para organização de um Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado.” (Franco, 1975, p. 127). Registrou-se a justificativa de Carneiro Júnior,

(...) que no tocante à quantia que lhe fora abonada para organização de um Corpo Auxiliar com o efetivo de quatrocentos homens, nessa finalidade havia dispensado o numerário; que, entretanto, se prontificava a fazer a necessária prestação de contas; que tinha a alegar o seguinte: achava-se ausente, reunindo elementos para sua Força, quando se deu a revolta em Soledade; que às instâncias unânimes das Forças rebeldes e do povo, assumiu o Comando da Revolução; que a sua fazenda, bem como a de seu irmão, Pedro Carneiro, foram devastadas pelas forças legais que operaram em Soledade; da sua fazenda, dele General Cândido Carneiro Júnior, tudo levaram, gado, animais cavалares, porcos, produtos de lavoura; que em vista disso; entendia e era justo que se fizesse as necessárias avaliações, para o efeito de compensações. Informou que também seu automóvel marca Chevrolet, de seis cilindros, fora requisitado pelas aludidas forças. (FRANCO, 1975, p. 127-128).

Nesse primeiro encontro foi decretada a prisão do general Candoca, por ordem expressa da Interventoria, sendo o preso autorizado a sair da cadeia somente para assinar escritura de terras para o Estado, como forma de ressarcimento aos prejuízos gerados pelo seu ato de insubordinação à frente do comando do 33º corpo provisório.

No dia 22 de outubro de 1932, em Guaporé, ocorreu um segundo encontro no qual ficaram estabelecidas as cláusulas definitivas do acordo de paz. (cf. FRANCO,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1975, p. 128). Porém, mesmo com a assinatura do acordo, a tranquilidade política não reinou em Soledade, “seguiu-se um longo período de intranquilidade para os soledadenses que haviam participado do levante. (...) vários incidentes e conflitos que ocorreram mais adiante, não passaram de reflexos da luta de 1932, dos ressentimentos e vinganças que desencadeou.” (FRANCO, 1975, p. 128).

Garibaldi Almeida Wedy, referindo-se aos conflitos de 1932, declarou que “a luta armada desencadeou, entre os soledadenses, desconfiança, ressentimento e ódio. Enfim, cicatrizes aparentes, visíveis e permanentes, como consequência da guerra civil, permaneceram como impressão de uma ofensa ou desgraça em muitos soledadenses.” (WEDY, 1999, p. 31).

O conflito trouxe à tona a ruptura política da elite oposicionista de Soledade frente à interventoria estadual. A rebeldia possibilitou identificar que a localidade não estava totalmente sob o controle de Flores da Cunha, ou que, pelo menos, existiria significativa parcela da sociedade que não tinha aderido ao comando do interventor federal. Dessa maneira, a região tornou-se um problema político para o governo estadual. A rebeldia soledadense teria seu preço. Nos anos de 1933, 1934 e 1935 o município tornou-se palco de inúmeras arbitrariedades e violências cometidas em nome da política e do poder local, muitas dessas envolveram o grupo político oposicionista, dentre as quais se destacaram as perseguições aos combatentes em 1932.

As consequências do Combate do Fão para a história política de Soledade

Identificamos uma relação entre o Combate do Fão e os atos de violência política praticados nos meses subsequentes. A situação pode ser evidenciada através da análise do Livro de Registro de Portarias de Soledade do período de 1930 a 1933. Nesse período ocorreram alterações no quadro de funcionários do alto escalão do executivo municipal ou dos que prestavam serviços à prefeitura.

João Carmeliano de Miranda, prefeito municipal e membro do PRL, fora opositor ao levante político-militar de 1932. No seu governo, oficializou inúmeras exonerações, as quais tinham em comum a participação dos exonerados com o Combate do Fão. Esse ato deu-se exclusivamente pelo poder exercido pelo prefeito, através da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

redação do documento lavrado no Livro de Registro de Portarias municipal de Soledade. Entre as exonerações estava a de Ângelo Prates de Moraes, então subprefeito do terceiro distrito de Soledade. Sua exoneração ocorreu no dia seis de outubro de 1932. Segundo registrado no Livro de Portarias de Soledade (RS, 1930-1933), foi possível ler o motivo atribuído para legitimar a exoneração: “terdes tomado atitude dúbia no movimento revolucionário irrompido neste município, em 1º de setembro.” (Livro de Portarias de Soledade)

Outro exemplo da perseguição política imposta aos participantes do Combate do Fão, colocada em prática pelo PRL em Soledade, pode ser averiguado no caso de Vergílio José Saudim que, na época, era subprefeito do nono distrito daquele município. Foi sumariamente exonerado. Consta no Livro de Portaria a causa de sua exoneração: “Comunico-vos que por ato nº 56 de hoje datado [06/10/1932] do Cel. João Carmeliano de Miranda, fostes exonerado do cargo de subprefeito desse distrito [9º] em virtude de terdes tomado parte saliente no movimento de rebeldia deflagrado neste município, no dia 1º de setembro [...]” (Livro de Portarias de Soledade). Nesses exemplos, destacamos a rapidez com que foram executadas as ações, pouco mais de um mês após os conflitos, conduzidos de forma autoritária pelo prefeito, contando, provavelmente, com o respaldo de Flores da Cunha. Esse foi o caso da exoneração do subprefeito do 7º distrito. Segundo foi possível averiguar através da documentação, a motivação foi represália aos acontecimentos de 1932:

Portaria em 5 de outubro de 1932. Ilmo. Sr. José Antônio de Almeida. 7º distrito. Comunico-vos que por ato nº 53, de hoje datado, do Cel. Prefeito deste município, fostes exonerado do cargo de subprefeito desse distrito, em virtude de estardes implicado no movimento revolucionário irrompido neste município no dia 1º de setembro de 1932 p. findo. Saúde e fraternidade. (a) Luiz Pinto Vieira de Matos. Secretário. (Livro de Portarias de Soledade)

Como substituto para o cargo de subprefeito do 7º distrito, o prefeito João Carmeliano de Miranda nomeou Antônio da Silva Oliveira.

As exonerações e substituições dos subprefeitos distritais foram intensas. Segundo a documentação consultada na prefeitura de Soledade, constatamos que ocorreram diversas nomeações para o cargo de subprefeitos a partir do mês de setembro

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de 1932. Essas nomeações efetivaram novos nomes nos cargos em substituição a subprefeitos que foram exonerados por motivos políticos.

Nos demais distritos que formavam o município de Soledade, também ocorreram exonerações e novas nomeações. Isto ocorreu com o subprefeito de Jacuizinho, na época 5º distrito de Soledade. Também no 2º distrito ocorreu mudança no cargo de subprefeito, sendo exonerado Hugo Barroso Itapuca. O motivo alegado para justificar sua exoneração foi o fato de ter “pegado em armas contra o governo constituído.” (Livro de Portarias de Soledade). Podemos perceber, nas entrelinhas desses documentos, a presença da acusação de traição política direcionada àqueles que se rebelaram contra o Governo Provisório e contra o interventor. As exonerações foram uma forma de punição por suas opções políticas. A partir das substituições destes e de outros subprefeitos, pode-se afirmar que o PRL ampliou seu domínio político no vasto território compreendido pelo município de Soledade na década de 1930.

A repressão política aos opositores rebelados não se restringiu aos ocupantes dos cargos de subprefeitos. Foram vítimas da autoridade e da repressão também aqueles que não tiveram participação militar efetiva, incluindo os que não lutaram de armas em punho, mas que de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, teriam contribuído para a ocorrência do levante soledadense. Assim, os resultados políticos do Combate do Fãõ puderam ser averiguados também em outros setores da administração pública soledadense.

Conforme identificado na portaria número 52, datada de 04 de outubro de 1932, a qual oficializou que Julio de Oliveria Cheise [? sobrenome ilegível] estava “exonerado do cargo de comissário da 1ª secção do 1º distrito deste município, em virtude de terdes tomado parte no movimento revolucionário irrompido neste município no dia 1º de setembro [...].” (Livro de Portarias de Soledade). Na portaria datada de 1º de outubro de 1932, consta a exoneração de Olmiro Porto que na época exercia a função de tesoureiro da prefeitura. O motivo alegado: “por estar provado que estavas envolvido no movimento revolucionário, no dia 1º de setembro (...).” (Livro de Portarias de Soledade). Por fim, destacamos a portaria número 43, de 10/09/1932, através da qual foi exonerado Pedro Correia Garces que exercia a função de secretário-geral do município. Nesse mesmo documento, consta a exoneração de Euclides Mota, então funcionário da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

prefeitura municipal. Conforme o Livro de Portarias de Soledade, dentre os rebelados estavam pessoas que ocupavam cargos da administração pública municipal, como teria sido o caso de Euclides Mota.

Apontamentos finais

O estudo do Combate do Fão contribui para ampliarmos o estudo da história política do Rio Grande do Sul, e também, para analisarmos as relações de poder no âmbito local. Com a realização da microanálise podemos identificar questões de conflitos políticos do âmbito nacional no cenário local, ou seja, identifica-se os conflitos entre Flores da Cunha e a oposição gaúcha, estando uma parte dela presente em Soledade e liderando o conflito militar. Pode-se também identificar o jogo político entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, sendo que o ao se posicionar ao lado de Vargas foi identificado como traidor pelos opositores da ditadura varguistas também existentes no Rio Grande do Sul. Enfim, podemos com o estudo aqui realizado perceber que ainda existe muitas questões para serem analisadas sobre os efeitos, digamos assim, da política da era Vargas no âmbito local.

Fontes:

JORNAL DA SERRA. 1932. Combate em Soledade. Carazinho, 15 set., p. 4.

LIVRO DE PORTARIAS, Soledade – RS – 1930-1933.

Referências:

ALMEIDA, J. S. *Sonho, persistência e coragem*. Ijuí: Sedigraf, 1999.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDUPF, 1996.

COMIN, M. *O Combate do Fão: uma interpretação através da história política*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2002.

FILATOW, F. Os monges barbudos entre a religiosidade, a política e a repressão. In: KARSBURG, Alexandre (org.). *Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: Monge João Maria na história*. São Paulo: ANPUH, 2019, p. 41 – 72.

FILATOW, F. *O movimento dos monges barbudos: do sagrado à heresia (1935-1938)*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

FILATOW, F. *Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Porto Alegre: PPGH-PUCRS, 2015. (Tese de doutorado em História)

FRANCO, S. C. *Soledade na História*. Porto Alegre: Corag, 1975.

GUERREIRO, C. W. *Vulcão da Serra: violência política em Soledade (RS)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LAPUENTE, R. S. *Com a espada de Dâmocles: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha*. Curitiba: Prismas, 2017.

MORAES, F. Q. *1932 a história invertida*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2018.

PAULA, J. *1932: Imagens construindo a História*. Campinas/Piracicaba: Ed. da Unicamp/Ed. Unimep, 1998.

PAULA, J. A. *O Fã: um episódio da revolução de 1932 no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Passo Fundo: Ed. Serrador, 1972.

SCHIERHOLT, J. A. *Estrela: ontem e hoje*. Lajeado: [s.e.], 2002.

TROMBINI, J. *O Combate do Fã no Rio Grande do Sul: um desdobramento da Revolução Constitucionalista de 1932*. Lajeado: Univates, 2010.